



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS**

### **CONTROLE INTERNO**

**Parecer CGIM**

**Processo nº 027/2015 – CPL**

**Carona**

**Interessada:** Secretaria Municipal de Educação

**Assunto:** Contratação de empresa especializada em fornecimento de Coffee Break e refeições para atender a demanda de eventos realizados pela Secretaria Municipal de Educação de Canaã dos Carajás.

RELATOR: Sr. **ALTAIR VIEIRA DA COSTA**, Controlador Geral do Município de Canaã dos Carajás – PA, sendo responsável pelo Controle Interno com **Portaria n.º 305/2013**, declara para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do § 1º do artigo 11 da Resolução n.º 11.410/TCM de 25 de Fevereiro de 2014, que analisou o **processo licitatório n.º 027/2015-CPL** referente a **Contratação de empresa especializada em fornecimento de Coffee Break e refeições para atender a demanda de eventos realizados pela Secretaria Municipal de Educação de Canaã dos Carajás**, com base nas regras insculpidas pela Lei n.º 8.666/93, Lei n.º 10.520/02, Decreto n.º 7.892/13, Decreto Municipal n.º 686/13 e demais instrumentos legais correlatos, declarando o que segue.

### **RELATÓRIO**

Trata-se de processo licitatório deflagrado para Adesão à Ata de Registro de Preços para Contratação de empresa especializada em fornecimento de Coffee Break e refeições para atender a demanda de eventos realizados pela Secretaria Municipal de Educação de Canaã dos Carajás.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS**

### **CONTROLE INTERNO**

O processo encontra-se instruído com os documentos necessários como Ofícios de requisição e de anuência, respectivamente, da Secretaria Municipal Educação e da Secretaria Municipal de Saúde, Carta de Anuência da empresa contratada e seus documentos de habilitação, Cópia do procedimento licitatório, Ata de Registro de Preços nº 20141099, Solicitação de Contratação com Justificativa, Termo de compromisso e responsabilidade, declaração de adequação orçamentária, Termo de Autorização, Autuação, Certidões da empresa e Parecer Jurídico.

É o necessário a relatar. Ao opinativo.

### **ANÁLISE**

O Sistema de Registro de Preços é previsto no artigo 15, II da Lei n.º 8.666/93 e está regulamentado neste Município pelo Decreto n.º 686/2013 onde se permite a utilização de Ata de Registro de Preços por órgão ou entidade não participante do procedimento, sendo usualmente denominado “carona”, inserido em seu artigo 21, conforme o seguinte, *in verbis*:

*“Desde que devidamente justificada a vantagem, o Município de Canaã dos Carajás poderá utilizar a ata de registro de preços, durante sua vigência, de qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador”.*

O caso em tela se subsume ao previsto no referido artigo, uma vez que, justificada a vantagem da utilização da Ata de Registro de Preços e a economicidade do procedimento, torna-se plenamente possível sua aplicação para a contratação em comento.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS**

### **CONTROLE INTERNO**

Compulsando os autos, verifica-se que foram devidamente preenchidos os requisitos legais para a denominada “carona”, visto que houve a requisição da Secretaria Municipal de Educação, bem como a anuência do órgão gerenciador (Secretaria Municipal de Saúde) e da fornecedora, qual seja, a empresa W. F. ALIMENTOS EIRELI - EPP, além da cópia do procedimento com a habilitação da referida empresa e a devida Solicitação, Justificativa, Autorização e Parecer jurídico.

Outrossim, percebe-se a adequação orçamentária para a despesa, bem como a justificativa da contratação, demonstrando a vantagem para a Administração tanto na celeridade da contratação como nos valores praticados.

Ademais, resta comprovada a validade da Ata de Registro de Preços uma vez que esta fora publicada em 23 de Junho de 2014 sendo válida por 12 (doze) meses, devendo a aquisição ser procedida em até 90 dias da autorização do órgão gerenciador expedida em 06 de Janeiro do corrente ano, conforme o artigo 21, § 6º do Decreto Municipal n.º 686/2013.

Entretanto, verifica-se a ausência dos decretos de nomeação do Pregoeiro e sua equipe, bem como da regulamentação da modalidade Pregão no âmbito do Município e do Sistema de Registro de Preços, devendo ser juntados nos autos do processo.

### **CONCLUSÃO**

Assim, esta Controladoria conclui que o referido processo se encontra revestido das formalidades legais, estando apto para gerar despesas para a



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS**

### **CONTROLE INTERNO**

municipalidade, restando apenas a necessidade de se juntar os decretos retromencionados.

Cumpra observar que o procedimento, a partir do presente estágio, deve manter a observação plena ao previsto na legislação da matéria, mormente o determinado nos artigos 38, 40, 61 e demais aplicáveis da Lei n.º 8666/93, aos ditames do Decreto n.º 686/2013, seguindo a regular divulgação oficial dos termos e atos a serem realizados.

Declara por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos.

Canaã dos Carajás, 19 de Janeiro de 2015.

**ALTAIR VIEIRA DA COSTA**  
**Responsável pelo Controle Interno**